

1 DATA: 30 de setembro de 2004. LOCAL: Ministério do Meio Ambiente, 4º Andar,
2 Sala de Reuniões, Brasília, DF. HORÁRIO: de 9:00 às 18:00h. PARTICIPANTES:
3 Presidente da mesa: Paulo Yoshio Kageyama, representante suplente do MMA.
4 Representantes: Ministério da Saúde, Angélica Rogério de Miranda Pontes
5 (suplente); Ministério da Justiça, Bárbara Rosenberg (titular); Ministério da
6 Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Leontino Rezende Taveira (titular) e Márcio
7 Mazzaro (suplente); Ministério da Defesa, Roberto Henrique Guedes Farias (titular) e
8 Antônio J. G. Moreira (suplente); Ministério das Relações Exteriores, Adriana Sader
9 Tescari (suplente); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,
10 Elisa de Ananias Fraga (titular); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos
11 Naturais Renováveis, Rômulo José Fernandes Barreto Mello (suplente); Instituto de
12 Pesquisas Jardim Botânico, Maria Lúcia Nova da Costa (suplente); Fundação
13 Oswaldo Cruz, Silvio Valle Moreira (suplente); Fundação Nacional do Índio,
14 Deuscreide Gonçalves Pereira (titular); Fundação Cultural Palmares, Edi Freitas de
15 Paula (suplente). Convidados Permanentes: Coordenação das Organizações
16 Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Jorge Miles da Silva (titular); Associação
17 Brasileira das Empresas de Biotecnologia – ABRABI, Beatriz Bulhões Mossri (titular).
18 Membros da Secretaria-Executiva do Conselho: Eduardo Vélez, Secretário-
19 Executivo, Cristina Azevedo, Rogério Magalhães, Guilherme Amorim, Inácio Cançado,
20 André Pessoa de Araújo, Daniella M. de Carrara, Fernanda Álvares Silva, Mônica
21 Negrão, Teresa Moreira, Leslye Ursini, Francine Cunha, Paula Lavratti, Maria Teresa
22 Caldeira, Fernanda Altoé Daltro, Sonja Mayra Righetti, Thomaz Miazaki de Toledo.
23 Outros participantes: CONJUR/MMA, Daniela Goulart; IBAMA, Otávio Borges Maia;
24 Natura, Fernanda Ferraz; MCT, João Aguiar Nogueira. CONVOCAÇÃO: Memorando
25 Circular nº 006/2004/DPG/SBF/MMA, de 16 de setembro de 2004, Ofício Circular nº
26 019/2004/DPG/SBF/MMA, de 16 de setembro de 2004, Ofício Circular nº
27 020/2004/DPG/SBF/MMA, de 16 de setembro de 2004. PAUTA: I - Abertura da
28 Reunião; II - Instalação dos Trabalhos: (1) Leitura e Aprovação da Pauta da 26ª
29 Reunião Ordinária; (2) Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária; III - Ordem do
30 Dia - (3) Anuência a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de
31 Benefícios. (3.1) Anuência aos dois contratos apresentados pela Quest International
32 do BRASIL Indústria e Comércio Ltda. – Processo 02000.002410/2002-91. Relator:
33 Secretaria-Executiva do CGEN. (4) Apresentação e Deliberação sobre solicitações
34 de credenciamento de instituições como fiéis depositárias de amostras de
35 componente do patrimônio genético. (4.1) Requerente: Fundação Oswaldo Cruz –

36 FIOCRUZ, Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, Laboratório de
37 Paleoparasitologia do Departamento de Endemias Samuel Pessoa (ENSP), Coleção
38 de Restos Orgânicos de Material Arqueológico – Processo nº 02000.001344/2004-
39 01. Relator: Nadja Lepsch Nascimento da Cunha – Ministério da Ciência e
40 Tecnologia. (5) Apresentação e Deliberação de Resolução sobre remessa de
41 amostra do componente do patrimônio genético microbiano. Relator: Coordenação
42 da Câmara Temática de Patrimônio Genético Mantido em Condição Ex Situ. (6)
43 Apresentação e Deliberação de Resolução que dispõe sobre os procedimentos para
44 a bioprospecção e o desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos cujo
45 acesso já tenha sido autorizado. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (7)
46 Apresentação e Deliberação de Resolução que estabelece procedimento para a
47 análise de minuta de Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição
48 de Benefícios pela Câmara Temática de Repartição de Benefícios. Relator:
49 Secretaria-Executiva do CGEN. IV – Assuntos de Ordem Geral: (7) Palavra aberta
50 aos Conselheiros. (8) Encerramento. INFORMES, DISCUSSÕES E
51 DELIBERAÇÕES: Na hora marcada para início da reunião, verificou-se a falta de
52 quorum para instalação dos trabalhos. Às dez horas e trinta minutos, o Sr. Paulo
53 Yoshio Kageyama, na condição de suplente do Presidente do CGEN, anunciou aos
54 conselheiros e convidados presentes que ainda não havia quorum para iniciar a 26ª
55 Reunião Ordinária, encaminhando a proposta de que os trabalhos fossem
56 suspensos e retomados no período da tarde. Esta proposta foi acatada pelos
57 presentes. Às 14h, contando com quorum necessário, o Sr. Paulo Kageyama deu
58 início à reunião. Foi acatada a inclusão de dois novos itens na pauta, por sugestão
59 da Secretaria-Executiva – em verdade, dois informes, sendo o item 8 referente à
60 delegação de competência à Secretaria-Executiva para dispensa de comprovações
61 nos processos de autorização para pesquisa, e o item 9 relativo à proposta de
62 encaminhamento das sanções administrativas referentes à Medida Provisória 2.186-
63 16. A ata da 25ª Reunião sofreu pequenas alterações e foi aprovada com os votos
64 favoráveis dos conselheiros: Deuscreide Pereira, Rômulo Mello, Maria Lúcia Nova
65 Costa, Sílvio Valle, Antônio Moreira, Bárbara Rosenberg, Adriana Tescari, Angélica
66 Pontes, Edi Freitas e Elisa Fraga. Não houve votos contrários ou abstenções. O Sr.
67 Presidente encaminhou a apreciação do **item de número três**, relativo à análise do
68 contrato apresentado pela Quest International do Brasil, o qual havia sido objeto de
69 pedido de adequação pelo Conselho em sua reunião anterior. A cláusula nona do
70 contrato foi alterada, tornando-se mais clara. Foi analisado só um contrato, pois a

71 empresa desistiu de realizar suas atividades em uma das fazendas antes proposta.
72 Uma vez esclarecidos estes pontos, o Sr. Presidente colocou em votação a
73 anuência, colhendo os votos favoráveis dos conselheiros: Deuscreide Pereira,
74 Rômulo Mello, Maria Lúcia Nova Costa, Leontino Taveira, Sílvio Valle, Antônio
75 Moreira, Bárbara Rosenberg, Adriana Tescari, Angélica Pontes, Edi Freitas e Elisa
76 Fraga. Não houve votos contrários ou abstenções. Quanto à adequação da
77 Deliberação nº 12 às resoluções do Conselho posteriores a sua aprovação, a
78 Secretaria-Executiva realizou avaliação solicitada, apresentando para discussão em
79 plenário dois pontos exigidos então: a obrigatoriedade da empresa apensar o
80 cromatograma das exsiccatas ao processo e de contar com a presença de um
81 botânico no momento da coleta das amostras. A Conselheira Elisa Fraga, do MDIC,
82 questionou a base legal de tais exigências. A Convidada Permanente da ABRABI,
83 Beatriz Bulhões, e a Conselheira Maria Lúcia Costa, do Jardim Botânico,
84 concordaram que não há necessidade da presença de um botânico. O Conselheiro
85 Rômulo Mello, do IBAMA, após receber esclarecimentos acerca também do
86 cromatograma, propôs a retirada de ambos os pontos do anexo. O Sr. Presidente
87 colocou em votação o texto da Deliberação nº 12, com a exclusão dos pontos em
88 questão, tendo sido aprovada com os votos favoráveis dos conselheiros: Deuscreide
89 Pereira, Rômulo Mello, Maria Lúcia Nova Costa, Leontino Taveira, Sílvio Valle,
90 Antônio Moreira, Bárbara Rosenberg, Adriana Tescari e Angélica Pontes.
91 Abstiveram-se as Conselheiras Edi Freitas e Elisa Fraga. Não houve votos
92 contrários. O Sr. Presidente encaminhou o **item de número quatro**, relatado pela
93 Secretaria-Executiva, dado o não comparecimento da representante do MCT,
94 conforme falta previamente justificada. Tratava-se da apresentação da solicitação de
95 credenciamento de instituição como fiel depositária. Por ser o requerente membro da
96 FIOCRUZ, foi lembrado ao Conselheiro Sílvio Valle que se abstivesse quando da
97 votação, mas este entendeu ser mais correto, não só se abster do direito de votar,
98 mas também ausentar-se de todo o processo de discussão do item. O
99 credenciamento da Coleção de Restos Orgânicos de Material Arqueológico, do
100 Laboratório de Paleoparasitologia do Departamento de Endemias Samuel Pessoa
101 (ENSP) da Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, da FIOCRUZ, foi aprovado
102 com os votos favoráveis dos conselheiros: Deuscreide Pereira, Rômulo Mello, Maria
103 Lúcia Nova Costa, Leontino Taveira, Antônio Moreira, Bárbara Rosenberg, Adriana
104 Tescari, Angélica Pontes, Edi Freitas e Elisa Fraga. Não houve votos contrários ou
105 abstenções. Em seguida, foi apresentado o **item de número cinco**, acerca da

106 deliberação da proposta de Resolução de Remessa de Amostra do Componente do
107 Patrimônio Genético Microbiano. Após esclarecimentos dados e outros solicitados
108 pelo Conselheiro Silvio Valle - que suscitaram modificações no texto proposto
109 inicialmente – e o questionamento do Conselheiro Leontino Taveira acerca do texto
110 contemplar o trâmite rápido de amostra clínica que eventualmente tenha urgência
111 em ser analisada por laboratório no exterior – que foi respondido como sendo um
112 caso não abrangido pela legislação pertinente ao CGEN, a resolução foi colocada
113 em votação com as alterações sugeridas e aprovada com os votos favoráveis dos
114 conselheiros: Rômulo Mello, Maria Lúcia Nova Costa, Leontino Taveira, Bárbara
115 Rosenberg, Adriana Tescari e Angélica Pontes e Elisa Fraga. Abstiveram-se os
116 Conselheiros Silvio Valle e Edi Freitas. O Sr. Presidente deu seqüência à pauta,
117 encaminhando o **item de número seis**, apresentação e deliberação da Resolução
118 que dispõe sobre procedimentos para bioprospecção e desenvolvimento tecnológico
119 em produtos ou processos cujo acesso já tenha sido autorizado. O Conselheiro
120 Leontino Taveira questionou se estariam contemplados naquela resolução o
121 desenvolvimento de cultivares, ao que foi esclarecido que o Conselho aguarda texto
122 da EMBRAPA propondo tratamento específico para os cultivares, ou seja, estes não
123 estariam contemplados pela resolução em tela. Para garantir o entendimento, foi
124 proposto por este Conselheiro acréscimo ao texto ressaltando a não aplicação da
125 norma aos cultivares. Acatada a proposição, a resolução foi aprovada por
126 unanimidade, com os votos favoráveis dos conselheiros: Rômulo Mello, Maria Lúcia
127 Nova Costa, Leontino Taveira, Sílvio Valle, Bárbara Rosenberg, Adriana Tescari,
128 Angélica Pontes, Edi Freitas e Elisa Fraga. O **item de número sete** da pauta,
129 apresentação e deliberação de Resolução que estabelece procedimento para a
130 análise de minuta de Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição
131 de Benefícios pela Câmara Temática de Repartição de Benefícios, gerou certa
132 polêmica. Segundo apontou o Conselheiro Márcio Mazzaro, a resolução criaria uma
133 nova responsabilidade ao Conselho caso ocorra algum problema nos contratos
134 avaliados, uma vez que o texto compromete o CGEN a orientar a redação dos
135 mesmos. Esta posição foi apoiada pelo MDIC. A Secretaria-Executiva, com
136 manifestações da CONJUR/MMA e da Conselheira Bárbara Rosenberg no mesmo
137 sentido, esclareceu que, em realidade, não seria o Conselho, mas a Câmara
138 Temática de Repartição de Benefícios que procederia à avaliação prévia do contrato
139 e orientação dos requerentes para, só após estes ajustes, encaminhar o texto para
140 apreciação do Plenário, no intuito de desburocratizar e desonerar o processo, de

141 modo preventivo, evitando que o contrato viesse a ser rejeitado pelo CGEN por
142 conter impropriedades ou deficiências. Em vista das inúmeras dúvidas suscitadas
143 pela proposta, a Conselheira Bárbara Rosenberg sugeriu a retirada do item da
144 pauta, sugestão acatada pelo Plenário. Após serem dados os informes incluídos na
145 pauta e das manifestações de apoio ao encaminhamento da proposta de texto do
146 decreto de sanções administrativas – e esclarecido que uma versão simplificada pela
147 CONJUR/MMA seria encaminhada aos Conselheiros para novas contribuições no
148 prazo de 15 dias a contar da data do recebimento da nova versão pelos conselheiros
149 – o Sr. Presidente abriu a palavra aos conselheiros. Não havendo quaisquer outras
150 manifestações, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por
151 encerrados os trabalhos. Eu, Fernanda Altoé Daltro, por solicitação do Presidente da
152 mesa, lavrei a presente ata.

153

154

155

Brasília, 30 de setembro de 2004.

156

157

158 Paulo Yoshio Kageyama

Eduardo Vélez

159

Presidente

Secretário-Executivo